

Junji pleiteia 10% do PIB para a área da educação



O deputado federal Junji Abe (PSD-SP) reforça a batalha para garantir a aprovação do projeto do PNE – Plano Nacional da Educação (nº 8035/2010), que fixa o PIB em 10% para os próximos dez anos. A expectativa do parlamentar é que a proposta siga direto para o Senado, a fim de que a tramitação seja mais rápida. Na mão contrária, há um grupo de 80 parlamentares de 11 partidos que apresentou recurso para votação do projeto no Plenário da Câmara. **Pg. B7**

Journal Rádio Revista nº 469 - de 01 até 07 de setembro de 2012

Parceiros

7

Verbas

Junji pleiteia 10% do PIB para a área da educação

O deputado federal Junji Abe (PSD-SP) reforça a batalha para garantir a aprovação do projeto do PNE – Plano Nacional da Educação (nº 8035/2010), que fixa o PIB em 10% para os próximos dez anos. A expectativa do parlamentar é que a proposta siga direto para o Senado, a fim de que a tramitação seja mais rápida. Na mão contrária, há um grupo de 80 parlamentares de 11 partidos que apresentou recurso para votação do projeto no Plenário da Câmara.

“Se não conseguirmos reverter o trâmite, temos de cerrar fileiras para aprovar rapidamente o projeto no Plenário da Câmara”, alertou Junji. De acordo com a Secretaria-Geral da Mesa Diretora da Câmara, não é mais possível retirar as assinaturas do recurso que pede a apreciação do PNE no Plenário. O que pode ser feito é retirar a proposta da pauta de votações, des-



de que haja o aval de pelo menos 41 dos 80 deputados que apresentaram o requerimento.

O plano aprovado prevê

que 10% do Produto Interno Bruto do País sejam destinados para a educação em até 10 anos, contrariando a proposta original do

governo, que previa 7% do PIB. Segundo Junji, existe o temor de que, se o projeto for analisado no Plenário da Câmara, o governo consiga

reduzir os 10% já aprovados pela comissão especial. Junji destacou que os avanços no sistema educacional precisam começar

pela educação infantil e ensino fundamental para alicerçar a adequada aprendizagem dos alunos nas etapas seguintes. Com o período integral, evidenciou Junji, os educadores e o conteúdo curricular passam a ter o tempo de aulas como aliado do processo de aprendizagem. “Os alunos também desenvolvem atividades artístico-culturais, praticam esportes e recebem outras lições importantes para sua formação pessoal”, completou, enfatizando que crianças e adolescentes deixam de ficar nas ruas, à mercê da criminalidade.

O projeto aprovado pela comissão especial também contém 10 diretrizes e 20 metas para os próximos dez anos. Entre elas, a valorização do magistério público da educação básica, a triplicação das matrículas da educação profissional técnica de nível médio e a destinação de recursos do pré-sal para o ensino.